

**Aos Senhores Acionistas,**  
É com satisfação que a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. apresenta-lhes, para apreciação, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e os respectivos pareceres, sem ressalvas, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

**1. Mensagem da Administração:** Os Administradores da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. apresentam a seus acionistas e demais públicos interessados seu primeiro Relatório de Administração. Até 2014, serão investidos aproximadamente R\$ 3 bilhões de reais (moeda constante) em obras para a ampliação e modernização da estrutura do aeroporto, incluindo reformas do Terminal 1 (TPS1) e Terminal 2 (TPS2), ampliação do número de vagas dos estacionamento existentes, reforma e construção de novos banheiros, nova sinalização, investimento em novos equipamentos de segurança, além de ter como principal destaque o início das obras de construção do novo terminal de passageiros (TPS3), que terá capacidade para atender cerca de 12 milhões de pessoas por ano, e o novo edifício-garagem com capacidade aproximada para 2.600 veículos. Vale ressaltar que até 2032, serão investidos, no total, aproximadamente R\$ 5 bilhões de reais (moeda constante) no maior aeroporto da América Latina. Outro acontecimento importante no ano de 2012, é que não poderia deixar de ser destacado, foi a criação da marca GRU Airport – Aeroporto Internacional de São Paulo, que nasceu com os conceitos de movimento

#### Balanco Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

| Ativo Circulante              | Nota | Passivo Circulante | Nota |
|-------------------------------|------|--------------------|------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 4    | 312.575            | 10   |
| Contas a receber              | 5    | 133.635            | 11   |
| Estoques                      | 7    | 41                 | 6    |
| Impostos a recuperar          | 6    | 78                 | 7    |
| Adiantamento a fornecedores   |      | 6.891              | 12   |
|                               |      | 453.868            | 7    |
| <b>Não circulante</b>         |      |                    |      |
| Impostos diferidos ativos     | 6    | 5.897              |      |
| Imobilizado                   | 8    | 14.402             |      |
| Intangível                    | 9    | 12.273.227         |      |
|                               |      | 12.293.726         |      |
| <b>Total do ativo</b>         |      | <b>12.747.594</b>  |      |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**1. Informações gerais** – A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. com 51% e da Infraero com 49% foi constituída em 8 de maio de 2012. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Companhia não possui o Rodovio Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo. O Governo Federal e a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. assinaram um contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, com o período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 11 de julho de 2032. Pelos próximos 20 anos, a Concessionária receberá investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários. Em 31 de dezembro de 2012 a Concessionária apresenta capital circulate líquido negativo de R\$ 662.008, o que está previsto em seu plano de negócios. A Administração da Concessionária e seus acionistas controladores entendem que a partir dos investimentos que serão feitos, dentro os quais a conclusão de um novo terminal de passageiros, um melhor gerenciamento dos contratos de cessão de espaço e receitas não tarifárias tem como a conclusão das obras de longo prazo da Concessionária aumentará a geração de caixa operacional e permitirá o pagamento de suas obrigações. A expectativa é de se alcançar grandes avanços de qualidade dos serviços aeroportuários em linha com os melhores padrões de excelência dos principais aeroportos do mundo. O conceito de inovação está presente em todos os projetos de intervenção no empreendimento. **Terminal de passageiros:** O terminal de passageiros pode ser subdividido fisicamente em dois fluxos: embarque e desembarque. Guarulhos se apresenta como a *hub* internacional no Brasil, oferecendo a maior variedade de conexões para destinos fora do País. **Terminal de cargas:** O terminal de cargas pode ser dividido em terminal de importação, terminal de exportação e cargas nacionais. A Concessionária do Aeroporto de Guarulhos dispõe de um dos maiores terminais de logística da América do Sul.

**2. Políticas contábeis** – As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjuntivos. A Companhia reconhece que as estimativas contábeis que envolvam o valor de seu registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua capacidade de recuperação nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações contábeis em 22 de março de 2013. **2.1. Reconhecimento de receita:** Receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável: a) **Receita de serviços:** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. Receita de serviços tarifários inclui tarifas cobradas por meio da utilização dos equipamentos, dos equipamentos das instalações e facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Receita de serviços não tarifários: os serviços não tarifários consistem quaisquer procedimentos caracterizados como trabalho ou atividades não previstas, classificados e remunerados na legislação realizados nas dependências dos complexos logísticos por solicitação de clientes. b) **Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) **Receita de construção:** Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimento em concessão de infraestrutura, a receita de construção é alocada pelo CPC 01 (R1) – Contratos de Construção, está sendo registrada a receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 (R1) – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A margem de construção é calculada de acordo com a particularidade do negócio da Companhia, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos pela empresa ou o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCP 05 – Contratos de Concessão. **2.2. Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **2.3. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. As contas garantidas são registradas em demonstrações de balanço sob o rubrica "ativos", sendo o saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **2.5. Estoques:** Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. **2.6. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.7. Intangível:** Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão classificados como ativo intangível, em atendimento ao IFRS C01 (R1). Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição, e posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento em que o ativo é vendido. **2.8. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. A Companhia possui serviços de linhas aéreas que levam em consideração os correspondentes encargos, variações monetárias e/o cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**2.9. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/o cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.10. Tributação:** As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| Nome do tributo  | Alíquota |                         |
|--|----------|-------------------------|
|  | Sigla    | Receitas não tarifárias |
| Contribuição para o Programa de Integração Social  | PIS      | 1,65%                   |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social   | COFINS   | 7,60%                   |
| Imposto sobre Serviço de qualquer natureza   | ISS      | 2,00%                   |
| A Companhia possui serviços de diferentes naturezas e tributados pelo ISS a 2%, para receitas tarifárias e 5%, para receitas não tarifárias. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime da não cumulatividade. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda – calculado a alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável), acrescido do adi- |          |                         |

e inovação presentes em sua essência. Esta marca simboliza o comprometimento de todos os funcionários e acionistas envolvidos nessa nova fase do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, com o objetivo de torná-lo um aeroporto mais seguro, moderno e mais confortável para todos. Neste contexto, administrar o maior aeroporto da América Latina é um enorme desafio. A solidez, a capacidade de visão de longo prazo e o compromisso com a geração sustentável de valor, presentes na filosofia deste novo negócio, garantem as melhores condições e esforços para que o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos se consolide, cada vez mais, como o maior e melhor aeroporto da América Latina e um dos melhores do mundo.

**2. Principais Fatos do Negócio:** O Governo Federal, por meio da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, realizou o Leilão nº 02/2011 e selecionou as melhores propostas para a celebração do contrato de concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos. A proposta vencedora foi a apresentada pela Investimentos em Participações e Infraestrutura S.A. – INVEPAR em parceria com a ACSA – *Airports Company South Africa*. Estas duas companhias constituíram a Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. – Grupar, onde a INVEPAR detém 90% e a ACSA 10% do capital social. A Grupar e a Infraero constituíram, em 08 de maio de 2012, o GRU Airport ou Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., onde a Grupar detém 51% e a Infraero 49% do capital social. Em 23 de maio de 2012,

#### Relatório da Administração

ambas celebraram um acordo de acionistas, conforme definido no Leilão, que rege a estrutura de administração e governança corporativa, assim como a relação societária entre os acionistas da Concessionária. Com a assinatura do Contrato de Concessão, em 14 de junho de 2012, e a posterior emissão da Ordem de Serviço (OS), ocorreu em 11 de julho de 2012, teve início a eficácia do Contrato de Concessão com término inicialmente previsto para 11 de julho de 2032, ou seja, com um prazo total de 20 anos. Destaca-se que este prazo pode ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Contrato de Concessão da Concessionária. Após 90 (noventa) dias da data de eficácia, ou seja, da emissão da Ordem de Serviço, o GRU Airport apresentou o Plano de Gestão da Infraestrutura – PGI, que é parte integrante do Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, no qual assegurou à ANAC e às demais partes interessadas a existência de um planejamento adequado e se compromete a implementar as ações correspondentes e demais regras contratuais estabelecidas no Contrato de Concessão. Destaca-se que o Contrato de Concessão foi dividido em Fase 1-A, contendo o Estágio 1, que consistia na apresentação do Plano de Transferência Operacional – PTO à ANAC, e os Estágios 2 e 3, que detalham a transferência operacional da gestão do aeroporto da Infraero para o GRU Airport. Além da Fase 1-A, o Contrato também possui as Fases 1-B e Fase 1-C, que orientam as etapas de ampliação e adequação da infraestrutura do aeroporto, e, por

#### Demonstração do Resultado – Período de 8 de maio (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

|   | Nota | 2012               |
|---|------|--------------------|
| <b>Receita líquida de serviços e cessão de espaço</b> |      | <b>133.156</b>     |
| Receita de construção                                 |      | 597.135            |
| Receita total   | 14   | 730.291            |
| Custo dos serviços prestados                          | 15   | (92.303)           |
| Custo de construção                                   | 15   | (580.362)          |
| <b>Lucro bruto</b>                                    |      | <b>57.626</b>      |
| <b>Despesas gerais e administrativas</b>              |      | <b>15 (77.126)</b> |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras   |      | (19.500)           |
| <b>Receitas financeiras</b>                           |      | <b>16 2.767</b>    |
| Despesas financeiras                                  | 16   | (733)              |
| Resultado antes dos impostos                          |      | (17.466)           |
| Imposto de renda e contribuição social                | 6    | 5.897              |
| <b>Prejuízo do período</b>                            |      | <b>(11.569)</b>    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Demonstração do Resultado Abrangente – Período de 8 de maio (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

|  |                 |
|--|-----------------|
| <b>Prejuízo do período</b>                 | (11.569)        |
| Resultado abrangente no patrimônio líquido |                 |
| <b>Total do resultado abrangente</b>       | <b>(11.569)</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

integrals exceda o parâmetro descrito em contratos, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários a prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativos aos serviços prestados. A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante. Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizado pelo poder público e a serem incorporados pela concessionária. Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário. O Contrato de Concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado uma vez por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. A Concessionária e seu Acionista Privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC.

#### Caixa e equivalentes de caixa

|   |                |
|---|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa                 | 119.021        |
| Certificados de depósito bancário – CDB       | 72.991         |
| Operações compromissadas                      | 120.563        |
| <b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa</b> | <b>312.575</b> |

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 98,0% e 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e em sua grande maioria, com liquidez imediata.

#### Contas a receber

|  |               |
|--|---------------|
| Contas a receber tarifárias            |               |
| Aeromares                              | 63.144        |
| Armenagem                              | 72.709        |
| <b>Contas a receber não tarifárias</b> | <b>60.926</b> |
| Cessão de espaço                       | 133.635       |
| Total contas a receber                 | 196.780       |

Face ao início das operações ter ocorrido, 15 de novembro de 2012, a Concessionária não apresentou títulos vencidos em 31 de dezembro de 2012. Não há expectativa de perda nos saldos em aberto que em 31 de dezembro de 2012.

#### 6. Impostos, taxas e contribuições – a) Impostos a recuperar

|  |            |
|--|------------|
| Imposto de renda e contribuição social | 112        |
| IRRF                                   | 624        |
| <b>Total</b>                           | <b>736</b> |

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia. b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** A Companhia, de acordo com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existam fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projetos. Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

| Natureza  | 2012          |
|---|---------------|
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social  | 99.622        |
| Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal e com base negativa de contribuição social. | (716)         |
| <b>Total</b>  | <b>98.906</b> |

Amortização outorga (a)

|              |                 |
|--------------|-----------------|
| (93.725)     |                 |
| 5.897        |                 |
| <b>Total</b> | <b>(87.828)</b> |

(a) Ajuste de RTT da amortização da outorga fiscal e outorga contábil.

A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32, estima-se recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

|              |              |
|--------------|--------------|
| 2013         | 455          |
| 2017         | 355          |
| 2018         | 198          |
| 2019         | 1.517        |
| 2020         | 2.595        |
| 2021         | 82           |
| <b>Total</b> | <b>5.897</b> |

**Parte relacionada**

|                     |           |
|---------------------|-----------|
| Invepar             |           |
| Infraero            | RS 14.713 |
| Construtora OAS     |           |
| Construtora OAS     | RS 24.806 |
| Construtora OAS(*)  |           |
| Construtora OAS(**) |           |

A tabela abaixo apresenta os saldos constantes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

| Parte relacionada   | Transação                                | Relação               | Ativo Não circulante | Passivo circulante | Resultado |
|---------------------|--|-----------------------|----------------------|--------------------|-----------|
| Invepar             | Nota de débito                           | Participante Indireto | –                    | 14.713             | 14.713    |
| Infraero            | Repasso de receita                       | Acionista direto      | –                    | 24.806             | 24.806    |
|                     |  |                       | –                    | 39.519             | 39.519    |
| Construtora OAS(*)  | Adiantamento para serviços de construção | Participante Indireto | 95.375               | –                  | –         |
| Construtora OAS(**) | Prestação de serviços de construção      | Participante Indireto | –                    | 71.745             | –         |

(\*) Os valores referentes a Construtora OAS estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo, e na rubrica de intangível quando no ativo pelos adiantamentos efetuados, e das medições contabilizadas por prestações de serviços de construção.

#### 8. Imobilizado

| Custo                        | Taxas anuais médias ponderadas de depreciação % | Adições       | Saldo em 31/12/2012 |
|------------------------------|---|---------------|---------------------|
| Instalações                  | 5%  | 56            | 56                  |
| Máquinas e equipamentos      | 20%   | 805           | 805                 |
| Móveis e utensílios          | 20%   | 630           | 630                 |
| Veículos                     | 20%   | 2.313         | 2.313               |
| Equipamentos de informática  | 20%   | 2.197         | 2.197               |
| Edifício em formação         |   | 7.863         | 7.863               |
| Importação de bens           |   | 876           | 876                 |
| <b>Total</b>                 |   | <b>14.740</b> | <b>14.740</b>       |
| <b>Depreciação acumulada</b> |   |               |                     |
| Máquinas e equipamentos      | (22)  | (22)          | (22)                |
| Móveis e utensílios          | (22)  | (22)          | (22)                |
| Veículos                     | (11)  | (11)          | (11)                |
| Equipamentos de informática  | (83)  | (83)          | (83)                |
| <b>Total</b>                 |   | <b>(139)</b>  | <b>(139)</b>        |
| Imobilizado líquido          |   | <b>14.602</b> | <b>14.602</b>       |

#### 11. Empréstimos e financiamentos

| Instituição financeira | Tipo             | Vencimento      | Indexador | Encargos anuais | Circulante | Não circulante | 2012           |
|------------------------|------------------|-----------------|-----------|-----------------|------------|----------------|----------------|
| Banco Itaú BBA         | Conta Garantida  | nov/12 a fev/13 | CDI       | 2,43%           | 247        | –              | 247            |
| BNDES                  | Empréstimo ponte | dez/12 a jan/15 | TJLP      | 2,40%           | 356        | 450.000        | 450.356        |
| <b>Total</b>           |                  |                 |           |                 | <b>603</b> | <b>450.000</b> | <b>450.603</b> |

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

|      |         |
|------|---------|
| 2014 | 432.000 |
| 2015 | 18.000  |
|      | 450.000 |

**Garantias e cláusulas restritivas financeiras:** Em 31 de dezembro de 2012, • R\$ 450.356 do saldo são garantidos através de carta fiança, penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão, penhor dos direitos de administração de conta corrente e penhor de ações dos acionistas (Invepar, ACSA, Infraero e Grupar). • R\$ 247 do saldo devedor não tem garantias por serem provenientes de operações de conta garantida sem aval.

#### 12. Custo de serviço público

|                          |                   |
|--------------------------|-------------------|
| Outorga variável a pagar | 14.954            |
| Outorga fixa a pagar     | 880.301           |
| <b>Circulante</b>        | <b>895.255</b>    |
| Outorga fixa a pagar     | 10.839.955        |
| <b>Não circulante</b>    | <b>10.839.955</b> |

**13. Patrimônio líquido** – a) **Capital social:** Em 08 de maio de 2012 foi constituído o capital social da Companhia no valor de R\$ 1, totalmente subscrito e integralizado, representados por um milhão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 23 de maio de 2012, considerando que o capital social encontrava-se totalmente integralizado, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 543.314, mediante a emissão de 543.314 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 353.332, integralizado, proporcionalmente a participação acionária abaixo mencionada, e ficando remanescente o valor de R\$ 189.983 a integralizar. Em 31 de dezembro de 2012 o capital apresentava a seguinte composição:

|  | Capital           | Ações              |
|--|-------------------|--------------------|
|  |                   | <b>ordinárias</b>  |
| Aeroporto de Guarulhos Participações S.A           | RS 277.091        | 277.090.650        |
| Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária | RS 266.224        | 266.224.350        |
| <b>Total</b>                                       | <b>RS 543.315</b> | <b>543.315.000</b> |

... continuação

**17. Seguros** – Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia e garantia de obrigações públicas.

| Modalidade  | Limite máximo de indenização | Vigência   | Fin        | Seguradora             |
|---|------------------------------|------------|------------|------------------------|
| Responsabilidade civil geral  | 50.000                       | 22/08/2012 | 30/09/2016 | ACE Seguradora S.A.    |
| Riscos Operacionais   | 700.000                      | 24/05/2012 | 24/05/2013 | Itaú Seguros S.A.      |
| Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos  | 500.000*                     | 24/05/2012 | 24/05/2013 | Itaú Seguros S.A.      |
| Garantia de Obrigações Públicas                                     | 884.853                      | 17/05/2012 | 04/06/2013 | Itaú Seguros S.A.      |
| Riscos de engenharia, obras civis em construção/instalação montagem | 1.170.000                    | 28/09/2012 | 30/06/2016 | ZURICH Seguradora S.A. |

\*Em milhares dólares.

**18. Instrumentos financeiros** – Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras,

valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

| Instrumentos financeiros           | 2012           |                  |                |
|------------------------------------|----------------|------------------|----------------|
|                                    | Valor justo    | Custo amortizado | Total          |
| <b>Ativos</b>                      |                |                  |                |
| Caixa e equivalentes de caixa      | 312.575        | –                | 312.575        |
| Valores a receber                  | –              | 133.635          | 133.635        |
| <b>Total do ativo</b>              | <b>312.575</b> | <b>133.635</b>   | <b>446.210</b> |
| <b>Passivos</b>                    |                |                  |                |
| Empréstimos e financiamentos       | –              | 450.603          | 450.603        |
| Obrigações com Poderes Concedentes | –              | 11.735.210       | 11.735.210     |
| Total do passivo                   | –              | 12.185.813       | 12.185.813     |

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado (valor justo). As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no

cálculo dos valores de mercado: Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- Contas a receber: O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo: A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.
- Exposição a riscos de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI. e) Concentração de risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. d) Risco de taxa de câmbio: O resultado da Companhia poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em

função da receita não tarifária oriunda do Dufry do Brasil, lojas francas, que tem parte da sua receita em moeda estrangeira. A mesma firmou contrato com a Concessionária com cláusula de arrecadação variável sobre o total das vendas. e) Operação de derivativos: A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira. f) Gestão de capital: O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte em uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

|  |                |
|--|----------------|
| Empréstimos e financiamentos               | 450.603        |
| Caixa e equivalentes de caixa              | (312.575)      |
| <b>Dívida líquida</b>                      | <b>138.028</b> |
| Patrimônio líquido                         | 341.763        |
| <b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b> | <b>479.791</b> |

g) Risco de liquidez: A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

**19. Eventos subsequentes** – Em 15 de fevereiro, término da fase 1-A, a Companhia realizou a transferência dos empregados da Infraero que foram convidados durante o processo de transição e que por sua vez aceitaram as propostas da Concessionária. Os empregados transferidos têm garantia de emprego pelo período de cinco anos; condições de contrato de trabalho no mínimo equivalentes às praticadas pela Infraero; e manutenção da vinculação ao INFRAPREV – Instituto Infraero de Seguridade Social.

|                              |                               |  |                                       |                     |                                       |                 |  |
|------------------------------|-------------------------------|--|---------------------------------------|---------------------|---------------------------------------|-----------------|--|
| <b>Diretores Executivos:</b> | <b>Antonio Miguel Marques</b> | <b>Marcus Vinicius Monteiro Santarém</b> | <b>Carlos Fernando Pereira Sellos</b> | <b>Girish Gopal</b> | <b>Marcus Vinicius Bahia de Abreu</b> | <b>Contador</b> | <b>Leonardo Machado de Oliveira – CRC-RJ 088.576/0</b> |
|------------------------------|-------------------------------|--|---------------------------------------|---------------------|---------------------------------------|-----------------|--|

#### Parecer do Conselho Fiscal

1. O Conselho Fiscal da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 21 de março de 2013, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas, elaborados na forma da Lei nº. 6.404/76

e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa auditoria externa Ernst & Young Terco LLP, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. 2. Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises de documentos e, substancialmente, por

informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. 3. Desta forma e com base nos trabalhos e nos esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e no seu relatório, emitido sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados

pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opina, favoravelmente, ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas que os examinará. Guarulhos, 22 de março de 2013

#### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. Guarulhos-SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 8 de maio (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** – A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes** – Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que

são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras** – Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 8 de maio a 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos a demonstração

do valor adicionado (DVA), referente ao período de 8 de maio a 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013

**ERNST & YOUNG TERCO**

Quality In Everything We Do

**Ernst & Young Terco**

**Auditores Independentes S.S.**

CRC 2SP 015.199/0-6-F-RJ

**Gláucio Dutra da Silva**

Contador

CRC 1RJ 090.174/0-4-S-SP